

SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA: DISPUTAS GEOPOLÍTICAS, FRONTEIRAS E DEFESA DE DIREITOS EM UM TERRITÓRIO ESTRATÉGICO***SOCIAL WORK IN THE AMAZON: GEOPOLITICAL DISPUTES, BORDERS, AND THE DEFENSE OF RIGHTS IN A STRATEGIC TERRITORY*****Gheysa Daniele Pereira Moura²**

Resumo: Este artigo analisa a interação entre conjuntura nacional e internacional e sua influência nas dinâmicas socioterritoriais da Amazônia. Examina-se o papel estratégico da região no cenário geopolítico e os desafios para o Serviço Social. Articulando os efeitos das políticas neoliberais, da militarização e da pressão internacional sobre os modos de vida das populações tradicionais e indígenas.

Palavras-chave: Amazônia. Relações Internacionais. Serviço Social. Fronteiras.

Abstract: This article analyzes the interaction between national and international contexts and their influence on the socio-territorial dynamics of the Amazon. It examines the region's strategic role in the geopolitical landscape and the challenges it presents for Social Work, articulating the effects of neoliberal policies, militarization, and international pressure on the ways of life of traditional and Indigenous populations.

Keywords: Amazon. International Relations. Social Work. Borders.

¹ Texto originalmente apresentado e publicado nos Anais do XVIII Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais (CBAS) realizado entre 3 e 7 de dezembro de 2025 em Salvador/BA. Revisado para atender às normas da Rida e compor a presente edição.

² Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Faculdade Martha Falcão (FMF - AM) no ano de 2014. Mestra em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA-AM) no ano de 2022. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares das Culturas Amazônicas (NEICAM/UEA); pesquisadora convidada do Laboratório de Análises Socioeconômicas da Região da Leopoldina e Zona Oeste (LANSOC/UNISUAM-RJ); e Coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social do Amazonas (COFI/CRESS AM).. E-mail: gdpm.pesquisas@gmail.com



INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira configura-se como um território estratégico, marcado por intensas disputas geopolíticas, econômicas, socioambientais e culturais, que se expressam na ampliação do interesse de atores nacionais e internacionais sobre seus recursos naturais, sua biodiversidade e sua posição geográfica. Trata-se de uma região em que se entrecruzam projetos de desenvolvimento pautados por racionalidades do capital e formas históricas de resistência protagonizadas por povos originários, populações tradicionais e comunidades vulnerabilizadas. Nesse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão inserida nas contradições da sociabilidade capitalista e comprometida com um projeto ético-político voltado à emancipação humana, é interpelado a compreender criticamente as múltiplas determinações que incidem sobre a realidade amazônica, sobretudo no que tange às dimensões de soberania, direitos humanos e justiça socioambiental.

Esta reflexão fundamenta-se em um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, alicerçado no referencial teórico crítico-dialético, com o objetivo de analisar as mediações entre a presença do Estado na Amazônia, a militarização dos territórios e as implicações para os sujeitos coletivos que nela vivem. Ao articular elementos das Relações Internacionais e da Política de Defesa Nacional com as demandas sociais presentes na região, busca-se contribuir para o fortalecimento de práticas profissionais sintonizadas com a totalidade social e com os princípios de justiça social, autodeterminação dos povos e defesa dos bens comuns.

CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL: DETERMINAÇÕES PARA A QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

A realidade brasileira na última década tem sido marcada pelo aprofundamento da crise estrutural do capital, refletida no desmonte das políticas públicas e na intensificação das expressões da questão social. Conforme Behring, Cislighi e Souza (2020) “a adoção de medidas regressivas, como a Emenda Constitucional n.º 95/2016”, que estabeleceu um teto de gastos para os investimentos públicos por vinte anos, e “a Reforma Trabalhista de 2017, comprometeu significativamente o financiamento das políticas sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social”.

Esse processo se insere em uma ofensiva neoliberal mais ampla, caracterizada pela financeirização da economia, pela retração do papel do Estado na garantia de direitos e pela



mercantilização crescente das relações sociais. Paralelamente, a crise das instituições democráticas, alimentada por instabilidades políticas, polarizações ideológicas e pelo enfraquecimento da esfera pública, aprofunda os obstáculos à efetivação dos direitos sociais. Como resultado, agravam-se as condições de vida da classe trabalhadora e ampliam-se os já elevados índices de desigualdade e pobreza, sobretudo em regiões historicamente vulnerabilizadas, como a Amazônia.

A região Amazônica apesar de possuir um dos biomas mais ricos do mundo, “continua sendo uma das regiões mais pobres e desiguais do planeta” (Filho, 2006, p.233). Sua população concentra-se nas áreas urbanas, sobretudo nas capitais, o que compromete o desenvolvimento das cidades interioranas, sobretudo nas regiões de fronteira, cujo processo de urbanização e desenvolvimento social está repleto de disparidades, embora se homogeneizem quanto à forma espontânea e irregular de crescimento urbano e da criminalidade.

No Estado do Amazonas, enquanto a capital Manaus enfrenta um momento de inchaço populacional aliado a um expressivo déficit habitacional, os demais municípios, incluindo os que integram o Trapézio Amazônico, ainda sofrem de forma contundente com a falta de infraestrutura básica. Esse quadro é apontado como fator que contribui para o agravamento dos conflitos étnico-raciais e econômicos, além de estimular o êxodo rural e favorecer a ocorrência de ilícitos transnacionais.

Tais múltiplas facetas da questão social somam-se à geopolítica local, marcada por uma tensão constante na região de fronteira. Essa instabilidade não decorre de eventuais reivindicações territoriais por parte dos países vizinhos, mas sim dos novos paradigmas de violência que podem desencadear conflitos de caráter transnacional, uma preocupação persistente para o Estado brasileiro.

Embora não se possa afirmar que a marginalização social da população residente nas regiões de fronteira seja um fator determinante para o aumento da criminalidade nesses territórios, é sabido que tal marginalização, entendida aqui como a condição de estar à margem do desenvolvimento social e econômico vivenciado pelos grandes centros urbanos, torna essas populações mais suscetíveis à cooptação por organizações criminosas. Essa realidade evidencia a necessidade e a urgência de se formular novas estratégias de prevenção à prática de ilícitos nas áreas fronteiriças.

Para Wieviorka (1997, p. 17), “a mundialização da economia, e suas ligações diretas com a fragmentação cultural e social, contribui para a mundialização da violência, com suas formas fragmentárias”. Nesse sentido, chama-se atenção para o processo de banalização da violência, que passa a ser percebida apenas como expressão de desordem social, desvinculada de suas raízes



estruturais e de seu uso como instrumento de dominação. Na conjuntura internacional marcada pelo aprofundamento das desigualdades, pela intensificação das migrações forçadas e pelos conflitos de natureza étnico-territorial, essa banalização contribui para obscurecer as responsabilidades estatais e econômicas, naturalizando formas de violência que, em muitos casos, são expressão direta das contradições do capitalismo globalizado.

No plano internacional, a última década tem sido marcada por transformações profundas, que revelam tanto os limites do modelo neoliberal quanto os efeitos de crises sistêmicas. A pandemia de COVID-19 expôs de forma contundente a fragilidade dos sistemas de proteção social em escala global, evidenciando a precariedade estrutural imposta pelas políticas de ajuste fiscal e desresponsabilização estatal. Simultaneamente, a emergência climática, os conflitos armados, como a guerra na Ucrânia e Palestina, e o acirramento das disputas entre potências, notadamente Estados Unidos e China, indicam um recrudescimento das tensões geopolíticas e econômicas que impactam diretamente os países da América do Sul, especialmente nas regiões de fronteira e nas zonas de interesse estratégico.

Neste contexto, ganha relevância o alerta de Callamard (2001, p. 13), ao afirmar que “os conflitos armados não são exercícios neutros em termos de gênero, e a guerra revela padrões estruturais de desigualdade e violência que já estavam presentes em tempos de paz”. Assim, a banalização da violência e sua utilização como instrumento de dominação e controle reafirmam a necessidade de uma leitura crítica dos efeitos das disputas globais sobre os direitos humanos e sobre a soberania dos povos no Sul Global.

Na região sul-americana, prevalece um cenário de instabilidade política, caracterizado pela fragilização de governos diante de crises de legitimidade, avanço das políticas neoliberais e resistência crescente de movimentos sociais que lutam por justiça social, equidade e soberania popular. A pandemia de COVID-19 agravou desigualdades históricas e estruturais, afetando de forma desproporcional as populações periféricas, indígenas e racializadas, e aprofundando a insegurança alimentar, a precariedade na saúde pública e a instabilidade econômica. Conforme destaca Callamard (2001), situações de crise, como as provocadas por conflitos e emergências sanitárias, tendem a exacerbar padrões já existentes de violência, discriminação e vulnerabilidade, especialmente entre populações historicamente marginalizadas.

O Brasil, inserido nesse contexto de interdependência econômica e política, tem enfrentado crescente fragilização de sua imagem internacional, sobretudo pela condução negligente da política



ambiental e pela retração nos compromissos com os direitos humanos. As denúncias sobre a flexibilização dos mecanismos de proteção ambiental, bem como sobre a violação sistemática dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais, têm se intensificado. A devastação da Amazônia, impulsionada pelo avanço do agronegócio, da mineração e das grandes obras de infraestrutura, tem provocado tensões diplomáticas e pressões internacionais por uma política de desenvolvimento sustentável baseada nos direitos humanos e na justiça ambiental. Como observa Callamard (2001, p. 156-158) o manual produzido por organizações internacionais de direitos humanos, as populações atingidas por conflitos e intervenções políticas ou econômicas em zonas estratégicas sofrem violações múltiplas, que incluem desde o deslocamento forçado até a negação de acesso a meios de subsistência e serviços básicos.

Nesse contexto, o Serviço Social é convocado a responder aos rebatimentos dessa conjuntura sobre os sujeitos coletivos com os quais atua, especialmente os mais vulnerabilizados. A intensificação da pobreza, do desemprego e da fome, associada ao desmonte da seguridade social, a degradação ambiental e a instabilidade geopolítica, impõe à categoria profissional o desafio de reafirmar seu compromisso ético-político com a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, assim como com a mediação de conflitos e a construção de estratégias de resistência e enfrentamento das múltiplas formas de violação de direitos.

AMAZÔNIA COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA: FRONTEIRAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

A Amazônia brasileira ultrapassa a imagem de santuário ecológico para se afirmar como um território de intensas e contraditórias disputas geopolíticas, econômicas, sociais e ambientais. Essa região revela de maneira aguda as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista, notadamente por sua lógica de exploração intensiva dos recursos naturais e pela invisibilização histórica das populações tradicionais e originárias.

A ocupação da Amazônia, intensificada a partir da segunda metade do século XX, foi instrumentalizada por políticas estatais que a definiram como “fronteira aberta”, conforme concepção forjada para garantir a expansão do capital sob a égide da integração nacional, especialmente durante o regime militar (Velho, 1979; Becker et al., 1990). Sua vasta extensão territorial e a riqueza em



sociobiodiversidade a colocam como área estratégica, tanto para o Brasil quanto para os interesses do capital internacional, sendo submetida a um processo contínuo de apropriação e redefinição funcional, condicionado por distintas temporalidades e representações sociais (Martins, 1997; Oliveira Filho, 1979). Simultaneamente à sua relevância na regulação climática global, a Amazônia figura como epicentro da intensificação de práticas predatórias, tais como o desmatamento, a mineração ilegal e o tráfico de biodiversidade, elementos que revelam o caráter volátil das fronteiras e a tensão permanente entre projetos desenvolvimentistas e ambientalistas, como pondera Rabello (2013).

A presença estatal na região, mediada por programas como o Calha Norte, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), revela uma concepção de segurança nacional centrada na lógica militarizada da ocupação territorial. Tais iniciativas têm ignorado as especificidades étnicas, sociais e territoriais dos povos originários e comunidades locais, reproduzindo uma presença estatal seletiva e autoritária. O caso do Alto Solimões exemplifica essa realidade: “enquanto é considerado área estratégica para o controle de ilícitos transnacionais como tráfico de drogas e contrabando, permanece marcado pela falta de políticas públicas estruturantes, agravando as vulnerabilidades sociais e a exclusão histórica de seus habitantes” (Moura, 2017, p. 7).

As fronteiras interestatais na Amazônia, como a que separa Brasil e Colômbia, constituem territórios historicamente marcados por tensões advindas de assimetrias políticas, desconfiança mútua e disputas por hegemonia regional. Apesar da existência de acordos bilaterais voltados à segurança e ao desenvolvimento, persistem desafios relacionados à efetivação da soberania territorial e à garantia dos direitos das populações indígenas e das comunidades que habitam essas zonas fronteiriças. “A militarização desses espaços, muitas vezes justificada pelo discurso da segurança nacional, impõe formas de controle que marginalizam os sujeitos locais, impondo-lhes uma lógica externa que os exclui dos processos decisórios e da formulação de políticas públicas” (Rabello, 2013, p. 230-231).

Entende-se ser necessário problematizar as pressões internacionais pela preservação ambiental na região, que, sob o manto de uma racionalidade ecológica liberal, ocultam interesses econômicos e estratégias de controle geopolítico sobre o território amazônico. Conforme destaca Rabello (2013), os discursos ambientalistas, ao serem apropriados por organismos multilaterais e governos centrais, produzem representações hegemônicas da Amazônia como “pulmão do mundo” ou “reserva da biodiversidade”, que tendem a apagar os saberes, direitos e protagonismo das populações locais na



gestão e defesa do território. “Tais representações operam como formas de violência simbólica, naturalizando intervenções que reproduzem a lógica da colonização” (Rabello, 2013, p. 226-228).

Para o Serviço Social, a Amazônia configura-se como um campo de intervenção marcado pela intersecção entre os direitos humanos, ambientais e sociais. A atuação profissional deve ser orientada por um projeto ético-político comprometido com a transformação social, que reconheça a Amazônia como território de vida, resistência e diversidade sociocultural. Para o CFESS (2023, p. 27) a inserção do Serviço Social nesse contexto “demanda uma abordagem crítica e interdisciplinar, que compreenda as dinâmicas globais e locais”, ou seja, que possibilite articular a defesa dos povos amazônicos com a luta por políticas públicas inclusivas, sustentáveis e emancipadoras.

Dessa forma, pensar estrategicamente a Amazônia não pode limitar-se a uma lógica de segurança e exploração econômica, mas deve incluir a garantia dos direitos territoriais das populações indígenas e tradicionais, a preservação da biodiversidade e a construção de modelos alternativos de desenvolvimento. A Pan-Amazônia enquanto região transnacional, como observa o CFESS (2023, p. 163), evidencia a “necessidade de cooperação entre os países sul-americanos para enfrentar os desafios comuns da devastação ambiental, da pobreza estrutural e da desigualdade”, o que exige do Serviço Social uma inserção crítica e propositiva em redes de articulação internacional.

Por fim, a Amazônia, frequentemente esquecida em termos de presença efetiva do Estado, revela a materialidade da questão social em suas múltiplas expressões: ausência de infraestrutura, exploração ilegal de recursos, violência contra povos indígenas, exclusão digital e déficit de políticas públicas. A atuação do Serviço Social, nesse sentido, exige posicionamento ético e político firme, voltado à defesa da vida, da dignidade humana e da justiça social, contribuindo para que esse “paraíso hostil” se torne um espaço de dignidade para todos que nele vivem.

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA PAN-AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira, enquanto território estratégico, tem sido historicamente marcada por um modelo de ocupação vinculado à defesa da soberania nacional e ao controle das fronteiras. A partir da década de 1990, intensificaram-se as ações das Forças Armadas na região, por meio de operações de caráter cívico-militar como o Programa Calha Norte e a Operação Ágata, inseridas no Plano Estratégico de Fronteiras. “Sob o argumento da proteção do território e da defesa da soberania, tais



ações foram incorporadas ao repertório das políticas públicas na Amazônia, embora mantenham um caráter pontual, desarticulado e assistencialista” (Rodrigues Junior e Moura, 2024, p. 206-209).

As ações cívico-militares oferecem serviços de saúde, educação e assistência social em regiões remotas, mas não se traduzem em políticas permanentes, tampouco estruturantes. Ao contrário, funcionam como “cobertura cívica para uma lógica essencialmente militarizada”, reforçando a presença tutelar do Estado em detrimento da autonomia das populações locais (Rodrigues Junior e Moura, 2024, p. 209). Essa lógica de intervenção revela uma seletividade na ação estatal, que prioriza a ocupação estratégica do território em nome da segurança nacional, negligenciando o acesso universal aos direitos sociais e a diversidade sociocultural da região.

Nesse contexto, o Serviço Social é desafiado a construir uma leitura crítica das relações de poder que estruturam a Amazônia, compreendendo suas múltiplas determinações e os projetos societários em disputa. Trata-se de uma região em que se entrelaçam interesses globais sobre o meio ambiente, recursos naturais e fronteiras geopolíticas, em um cenário de crescente militarização que naturaliza intervenções estatais com verniz humanitário.

Diante dessas contradições, a profissão é convocada a afirmar, com base em seu projeto ético-político, a centralidade dos direitos humanos, da justiça socioambiental e da soberania popular. A prática profissional deve tensionar os limites das ações institucionais e resistir à instrumentalização das políticas sociais como extensão das estratégias de segurança e defesa (CFESS, 2023, p. 27-28). Nesse sentido, o Serviço Social deve se posicionar criticamente frente às intervenções que desconsideram os sujeitos históricos que habitam a floresta e suas formas próprias de organização social e política.

A atuação na Amazônia requer, portanto, o reconhecimento do território como espaço de reprodução da vida, de conflitos e de resistências. A complexidade das determinações locais exige a articulação entre o trabalho profissional e os movimentos sociais, as lideranças indígenas, as organizações ambientalistas e as redes internacionais de defesa de direitos humanos. Como aponta o CFESS (2023, p. 44), “as lutas locais estão conectadas às agendas globais”, e o Serviço Social deve fortalecer sua inserção internacional crítica, pautada no internacionalismo do trabalho.

Conforme ressaltam Rodrigues Junior e Moura (2024, p. 237), “o desafio posto é superar a lógica de presença intermitente do Estado, operada pelas Forças Armadas, e construir políticas sociais universais, intersetoriais e sensíveis às particularidades culturais e territoriais da Pan-Amazônia”. Trata-se de reafirmar a prática profissional como mediação política entre as demandas sociais e os projetos



de transformação, contribuindo para a defesa dos povos da floresta, da biodiversidade e da justiça ambiental.

A intervenção do Serviço Social na Amazônia, portanto, não se limita à dimensão técnica do trabalho institucional. Ela exige um posicionamento ético-político insurgente, comprometido com a emancipação humana e com a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, fundadas no bem viver, na soberania dos povos e na defesa radical dos direitos humanos e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Amazônia como território estratégico evidencia a centralidade da região nas disputas contemporâneas por soberania, recursos naturais e projetos de desenvolvimento. A presença seletiva do Estado, aliada à militarização e às pressões internacionais, impõe desafios complexos às populações tradicionais e indígenas, que resistem à expropriação e à invisibilização de seus direitos e modos de vida.

Nesse contexto, o Serviço Social é convocado a intervir com base em uma perspectiva crítica e emancipatória, articulando a defesa dos direitos humanos, ambientais e territoriais à construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. A profissão, ao reconhecer a Amazônia como espaço de vida e resistência, deve fortalecer práticas comprometidas com a justiça socioambiental, a autodeterminação dos povos e a solidariedade internacional.

A intervenção profissional exige, portanto, o enfrentamento das contradições estruturais que atravessam a região, reafirmando o projeto ético-político do Serviço Social em diálogo com os sujeitos históricos da floresta. Em um território marcado por desigualdades, violência e ausência de políticas públicas estruturantes, cabe à categoria fortalecer sua inserção em redes de mobilização social e internacionalista, contribuindo para a efetivação dos direitos e para a transformação das condições que reproduzem a desigualdade e a opressão na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. et al. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB/UFRJ, 1990.



BEHRING, E. CISLAGHI, J e SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. (p.103-122).

CALLAMARD, Agnès. **Investigating violations of women’s human rights in armed conflicts**. Montréal: Amnesty International; International Centre for Human Rights and Democratic Development, 2001.

FILHO, M. J. **O Livro de Ouro da Amazônia**. 5ª Ed. ver. amp. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOURA, G. D. P. **Programa Calha Norte: desafios e perspectivas das ações civis de prevenção à prática de ilícitos na região de fronteira do Alto Solimões**. In: *Anais do 4º EPPPAC – Políticas Públicas, Processos Migratórios e Direitos Humanos, a partir da Pan-Amazônia e Caribe*, Boa Vista, setembro de 2017. Disponível em <https://epppac.com.br/wp-content/uploads/2021/07/GT2-004-PROGRAMA-CALHA-NORTE-DESAFIOS-E-PERSPECTIVAS-DA-ACOES-CIVIS-DE-PREVENCAO-A-PRATICA-DE-ILICITOS-NA-REGIAO-DO-ALTO-SOLIM.pdf> Acesso em 25 jun 2025.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. “Amazônia dos brabos e dos caboclos”. In: RABELLO, A. C. (org.). *Amazônia: uma fronteira volátil*. Estudos Avançados, v. 27, n. 78, p. 213-236, 2013.

RABELLO, Antônio Cláudio. *Amazônia: uma fronteira volátil*. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 78, p. 213–235, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/68687>.. Acesso em: 30 jun. 2025.

RODRIGUES JÚNIOR, Marcus Antonio. MOURA, Gheysa Daniele Pereira. Segurança e Defesa Nacional na Amazônia: uma análise das ações cívico-militares na região amazônica. In: BELLINTANI, Adriana Iop; FILIPPI, Eduardo Ernesto; GONÇALVES, Veronica Korber (organizadores). **Amazônia: Descortinada nas Relações Internacionais**. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, p. 197-244.

VELHO, O. G. **Fronteira: o processo de ocupação e a organização do espaço na Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIEVIORKA, M. **O novo paradigma da violência**. Tempo social, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio, 1997.

